



Martone: antes dos juros, é preciso cortar as despesas.

— Acho que essa é uma discussão política. Os dois (Dornelles e Sayad) têm razão. Dizer que não é preciso cortar despesas é uma balela. Significa que seria possível sair do enrosco sem dor. E preciso coragem para dizer que haverá desemprego na área pública. É uma questão de credibilidade. O governo precisa mostrar que tem coragem de peitar as coisas.

Quem afirma é o economista Celso Martone, da Fipe-USP, para quem a questão dos juros é explosiva, tendo levado o governo a um enorme endividamento. “Externamente não há mais recursos, os credores não estão dispostos a emprestar. Resta a área interna, na qual cada um quer fazer prevalecer seu ponto de vista.”

O professor da USP considera que cortar despesas antes de cortar os juros é “até uma questão de credibilidade”, explicando: “Inclusive para que depois se possa negociar juros. Mas só depois de provar que é possível controlar o déficit. Para não ficar no sufoco nos primeiros meses é que o financiamento do dé-

ficit é feito via colocação de títulos ou expansão monetária”.

Segundo Martone, o superávit fiscal que teria contribuído para pressionar menos a base monetária “é contábil, não real”.

— Há operações como subsídios ao trigo, ao açúcar, equalização das taxas de juros para empréstimos a exportadores que são despesas fiscais e não monetárias.

A maior preocupação de Martone está com a ausência de uma política econômica. “Preocupa-me o impasse entre os ministros. O tempo passa, os problemas se agravam e não se define uma política. A essa altura já deveria haver uma política econômica.”

— Até agora, só houve duas mudanças: na fórmula da correção monetária e um congelamento de preços. Junho é o último mês viável para essa política e, agora que é preciso montar um conjunto de política econômica, não tem havido entendimento interno para que se chegue a essas definições.

Martone vê com ceticismo uma política de redução artificial das ta-

xas de juros, possível com um “monitoramento” do Banco Central sobre o mercado aberto. “Isto ocorreria no primeiro momento. No segundo, o preço das ORTN’s vai para o céu, produzindo enorme ganho de capital para seus detentores. No terceiro, a taxa pleiteada pelas instituições cai de 18/19% para 12% ao ano fora a correção, o mesmo ocorrendo com as LTN’s. E os títulos privados, a seguir, vão ajustar-se a preços mais baixos.”

— Mas os problemas — adverte o economista —, além do vergonhoso ganho de capital para quem tem títulos públicos, são os de que essa política exige expansão da moeda para níveis elevadíssimos, como 300 ou mesmo 500%. Aí a inflação irá para cima. Ninguém querará mais essa moeda.

Martone afirma, ainda, que o problema dos dois enfoques na área ministerial “é o de que as coisas não casam: não é possível que a redução dos juros preceda o corte de despesas. O endividamento a taxas mais flexíveis vem num segundo momento”.